

A Educação Inclusiva no Contexto da Formação de Professores à Distância

Inclusive Education on Distance Education Teaching

Edenar Souza Monteiro^{a*}

^aUniversidade de Cuiabá, Cuiabá, MT.

*Email: edenar.m@gmail.com

Resumo

Este artigo originou de um estudo que objetivou apresentar os resultados da participação dos acadêmicos no do curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade à distância – acordo Brasil/Japão, acerca do que pensam das crenças, dos preconceitos e das angústias ocorridas durante o Módulo de Educação Inclusiva no Brasil e Japão, trabalhado no Ambiente Virtual de Aprendizagem dentro do referido curso. Com base nos estudos da Inclusão no Brasil, e em destaque a autora Ligia Assumpção Amaral, procurou-se compreender como se deu o processo de inclusão social no Japão e como as pessoas com deficiência são inseridas na escola japonesa. Pretendeu-se assim discutir os prós e contras da inclusão na sociedade japonesa, segundo a visão dos acadêmicos de uma turma do curso. Os dados da pesquisa foram coletados do Fórum que teve a interação e discussão feita pelos acadêmicos do curso, sujeitos deste estudo. A temática do Fórum foi A Educação especial e a Educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Acordo Brasil/Japão. EAD.

Abstract

This article originated from a study aimed to present the results of the participation of academics in the course of Pedagogy - distance education - Brazil / Japan Agreement about thinking, beliefs, prejudices and anxieties that occurred during the Module Inclusive Education in Brazil and Japan on Virtual Learning. Based on studies of inclusion in Brazil, highlighting the author Ligia Assumpção Amaral, the study aimed to understand the process of social inclusion in Japan and how people with disabilities are inserted into the Japanese school. The intention was thus discuss the inclusion in Japanese society through the eyes of an academic group. The survey data were collected from the discussion made by the scholars of the course. The theme of the Forum was the special education and inclusive education.

Keywords: Special Education. Inclusion. Brazil/Japan Agreement. EAD.

1 Introdução

O curso de Pedagogia à distância no Japão ocorreu a partir de um acordo do governo brasileiro com as autoridades japonesas - com apoio financeiro do Ministério da Educação do Brasil - MEC e do Banco do Brasil para o atendimento de profissionais que desenvolviam atividades docentes naquele país. O ingresso no curso foi possível devido ao referido acordo. Seu objetivo era formar professores que atendiam crianças brasileiras que moravam com os pais naquele país. Esses profissionais não eram qualificados e as escolas viviam as margens do sistema escolar japonês.

O curso foi destinado, preferencialmente, aos profissionais em exercício nas escolas brasileiras no Japão que possuíam certificado de conclusão do ensino médio, residentes nos municípios das regiões que se constituíram como polos participantes do projeto que funcionavam como extensão da universidade. Esses profissionais se mudaram para o Japão com o propósito de trabalhar, obter prosperidade econômica e retornar ao Brasil com a família. Porém, devido à crise econômica que atingiu o Japão na última década e por questões familiares esses profissionais se engajaram nas escolas brasileiras em busca de trabalho e escolarização dos filhos. As

crianças brasileiras não conseguiam acompanhar o ensino das escolas japonesas devido à cultura e ao idioma daquele país, levando os pais a fazer suas matrículas nas escolas brasileiras.

Outro fato relevante é sobre a qualidade da educação dessas crianças que, devido à falta de profissionais especializados, a educação era sem qualidade. Nesse cenário, surge a parceria entre os dois países para amenizar a situação em que a educação se encontrava. Dessa parceria, surgiu o convite do MEC para a Universidade Federal de Mato Grosso devido à sua extensa experiência e pioneirismo em Educação a distância - EaD.

Os acadêmicos se engajaram no curso via Processo Seletivo Especial que ocorreu no Japão, com 300 vagas todas ocupadas. Esses 300 acadêmicos foram divididos em 15 turmas com 20 alunos cada. Portanto, o curso contou com o trabalho de 15 Orientadores Acadêmicos para o acompanhamento desses alunos, sendo que uma das vagas de orientadora foi ocupada pela responsável por este estudo.

Como a maioria dos cursos à distância, o referido curso contou com ferramentas de auxílio a aprendizagem na plataforma de atendimento aos alunos como: *chat*, Wikipédia, postagem de atividades, fórum, etc. (PRETI, 2009).

O curso contou com aulas presenciais nos polos criados

no Japão para o atendimento presencial desses acadêmicos. A cada final de semestre ocorreu o encontro presencial que contou com a presença de professores formadores das respectivas áreas trabalhadas naquele semestre, onde os acadêmicos tiravam dúvidas e apresentavam resultados de atividades de pesquisas. Devido à parceria entre os dois países, os professores formadores que eram aqui do Brasil se deslocavam até o Japão para o atendimento a esses acadêmicos.

O estudo iniciou-se mediante a preocupação constante dos cursos de Graduação com relação a formação dos profissionais da área de Educação e da identidade profissional.

É importante para o desenvolvimento dessa identidade uma reflexão constante entre a teoria e a prática. Desta forma a observação dos futuros professores no contexto escolar com relação às teorias em estudo possibilitou a ação-reflexão-ação e consequentemente a interação das identidades dos estudantes.

A formação dos profissionais da educação deve ocorrer não somente no período em que os estudantes estão cursando determinada universidade, mas de forma contínua e permanente, possibilitando assim, trocas de experiências e conhecimentos. Seja através do meio em que estão inseridos, nas teorias em estudo e na reflexão desse possível fazer (PIMENTA, 2007).

O Ensino à distância vem possibilitando uma nova tendência ao ensino, através de uma tecnologia motivadora flexível ao aluno. Dentre as diversas formas de troca de conhecimento e interação, temos uma das ferramentas oferecidas por esses ambientes de aprendizagem, conhecido como Fórum. Essa ferramenta tem a proposta de ser um espaço coletivo em que os sujeitos participantes, mediante um tema pré-estabelecido, interagem entre eles via registros escritos, aproximando por vezes, as distâncias geográficas, possibilidade essa percebida pelos ambientes virtuais de aprendizagem (MATO GROSSO, 2007).

Nesse curso destaca-se o módulo intitulado “Educação Inclusiva”, que teve como proposta, a possibilidade de ampliar os conhecimentos de forma não casual nem do senso comum, mas buscando, por meio da participação dos envolvidos, conhecer melhor como ocorre a participação social das pessoas com deficiência no Japão, em especial no contexto escolar (KULCSAR, 1994).

A Educação Inclusiva refere-se principalmente a educação de crianças com necessidades especiais, mas essa inclusão percorre um caminho que ao longo da história nem sempre foi aceita. Carvalho (2011), na obra “Educação Inclusiva”, desenvolve alguns dados históricos de como vem ocorrendo o processo da Educação Inclusiva no Brasil, revelando que lugar o deficiente vem ocupando na sociedade em épocas distintas.

Assim divide essa conversa nos seguintes períodos, a saber: Povos primitivos, Idade Média e Idade Moderna.

Os povos primitivos em sua maioria viam a pessoa com

deficiência como um empecilho, uma vez que por serem nômades, necessitavam de locomoção. Aqueles indivíduos que não possuíam condições de acompanhar o povo eram deixados no caminho. A capacidade de sustentar-se era prioritária para o povo primitivo e as pessoas tinham que ter capacidade de retirar o alimento da natureza e construir abrigos para sobrevivência. Assim, o indivíduo tinha que ter capacidade de buscar o próprio sustento e do grupo e a pessoa com deficiência que dependia dos outros era relegada. Ainda em relação ao povo primitivo, os gregos consideravam que necessitavam de purificação da raça, na busca de um ideal de beleza, força e perfeição física, sendo a pessoa com deficiência vista como subumana não merecedora da vida, portanto, era morta ou abandonada.

Na época Medieval as pessoas com deficiência eram tidas como detentoras de poderes sobrenaturais ou merecedoras de dó e caridade. No caso da primeira concepção desta época, segundo Carvalho (2011) era necessário que as pessoas com deficiência fossem submetidas à expulsão dos demônios, pois assim seriam purificadas pelas chamas da fogueira da inquisição. Com relação à concepção de caridade desta época, as pessoas eram vistas como instrumentos de Deus e para se ter bom comportamento fazia caridade, assim as pessoas com deficiência tinham direito à vida, mas uma vida isolada das demais pessoas.

No final da idade média e início da idade moderna, surgem os primeiros abrigos e casas de assistências aos segregados da sociedade. Ofereciam assim cuidados apenas emergenciais como alimentação e abrigo.

Com o início da idade Moderna, inicia-se o desenvolvimento também das ciências e tecnologias. As pessoas com deficiência deixam de sofrer controle da igreja e passam a serem observadas pelos estudos da ciência, em especial da medicina. Com a Filosofia da época em que valorizavam o ser humano, inicia-se também uma investigação sobre a excepcionalidade. No século XV e XVI com os estudos científicos, muda-se a concepção antes teológica da diferença, para a concepção de teorias organicista da deficiência, ou seja, viam a deficiência como uma fatalidade, com pouco a fazer para esses indivíduos.

O corpo era assim comparado a uma máquina e a pessoas com deficiência eram vistas como em disfunção das peças. Tinha assim um enfoque patológico com sinônimo de doença. Essas visões inatistas, com problemas hereditários e genéticos, segregavam as pessoas com deficiência, pois estas apresentavam um problema para si e para a sociedade (CARVALHO, 2011).

Já no século subsequente, XVIII e XIX, alguns estudiosos e pesquisadores da época contribuem para a superação da visão inatista. Destaca-se Montessori e Pestalozzi, que demonstraram uma preocupação assistencialista, em que o médico era visto como um terapeuta, ou seja, havia uma concepção de educação para as pessoas com deficiência.

Surgem, na época, as primeiras instituições especializadas. Ao mesmo tempo, surge a Educação Especial, uma preocupação da sociedade de atender as pessoas com deficiência, atendimentos voltados para o medicamental e assistencial e centros especializados, como hospitais para ajudar a sociedade a lidar com estas pessoas.

Segundo Carvalho (2011) em 1959, Mikkelsen, procurando implementar os serviços de atendimento a pessoas com deficiência mental na Dinamarca, acaba por influenciar as ações da Educação Especial em todo o mundo, dando os primeiros passos para o movimento de desinstitucionalização da pessoa com deficiência. Assim, Mikkelsen cria condições de vida para as pessoas com deficiência para que sejam aceitas na sociedade, quanto possível, em condições normais aos demais. Iniciando uma discussão de princípios de normalização da Educação Especial, Ribeiro (*apud* CARVALHO, 2011, p.20) entende que normalização não significa tornar o “excepcional” normal, mas que a sejam oferecidas condições de vida idênticas. Devem ser aceitas com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha diversidades. Ao mesmo tempo é preciso da subsídio à pessoa com deficiência, para que ela possa conviver com sua deficiência, ou seja, levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vive.

Abre-se assim uma discussão acerca das instituições que atendem as pessoas com deficiência, pois segundo estudos da contemporaneidade, a sociedade, ao afastar os indivíduos pelo estilo de vida diferenciado e modificado, recebe reforço de permanência dessa concepção através das instituições especializadas.

Percebe-se que com essa nova discussão, a deficiência deixa de ser vista como doença, para ser percebida como uma condição do indivíduo, que necessita de medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas especializadas, facilitando a inclusão na sociedade.

Na atualidade, também se percebe reflexos dessas épocas históricas já vividas, pois as variedades de concepções da deficiência fazem parte da história e para alguns indivíduos ainda não foi modificada, necessitando, como mencionou-se no início deste artigo, a ressignificação através da ação-reflexão-ação. Assim pretendeu-se trazer a temática para discussões no Fórum no ambiente AVA e buscando novos caminhos para mudar o significado dos acontecimentos de forma mais contextualizada à realidade vivenciada da educação especial e inclusiva na formação dos futuros professores.

2 Material e Métodos

Tendo em vista a temática proposta neste estudo, procurou-se conhecer, através de um fórum, como ocorre a inclusão das crianças com deficiência no Japão. Inicialmente foi discutido no Fórum do AVA do 3º Ano/2º Núcleo: Ciências Básicas e Metodológicas do Módulo 01: Educação Inclusiva no Brasil e Japão cujas atividades ocorreram no ambiente virtual. O ponto

de partida da discussão do fórum foi: “Como você percebe a participação social das pessoas com deficiência no Japão, em especial no contexto escolar?” Contou-se com a interação de 16 participantes. Para melhor identificação dos relatos, os participantes foram classificados e enumerados de 1 a 16, com a finalidade de preservar sua identidade. Após a participação dos integrantes do curso, os dados foram distribuídos em duas categorias para análise: 1. Diferença/deficiência, 2. Ações/omissões.

De posse dos depoimentos, os próximos passos foram compará-los com os estudos de Amaral (1998), intitulado “Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas. Preconceitos e sua superação”, observando as concepções de diferente e deficiência, os medos e as crenças, sendo construídas ao longo da história da Educação Especial, e que ainda permanecem como crenças e verdades nos dias de hoje.

3 Resultados e Discussão

Analisados os depoimentos dos participantes do curso de licenciatura em Pedagogia, pode-se observar que alguns conceitos trabalhados por Amaral (1998) foram também encontrados nos relatos dos participantes durante o fórum. A autora inicialmente procura mostrar as diferenças e semelhanças e nossas atitudes positivas e negativas com relação aos conceitos e preconceitos.

Alguns participantes do Fórum mencionaram que o Japão não realiza a discriminação das pessoas com deficiência, visto que os espaços físicos da sociedade contribuem para a inclusão destes. Conforme o relato abaixo:

Os japoneses fazem tudo para que as pessoas com deficiência consigam levar uma vida normal. Quando nós andamos pelas calçadas podemos ver que tem uma faixa em relevo para deficientes visuais e os sinais de trânsito são sonoros para os deficientes visuais saberem quando podem atravessar a rua, os caixas eletrônicos, nos banheiros, nos shoppings, nas estações de trem ou metrô são equipados para os deficientes visuais e para os deficientes físicos também em alguns lugares públicos tem até uma cadeira de rodas disponível e já vi as pessoas que trabalham no local ajudarem essas pessoas. (participante 1)

Outra participante do fórum interagiu comentando sobre outros motivos que levam o Japão a possuir manifestação de inclusão a pessoa com deficiência, com relação aos espaços físicos

O preparo dos profissionais japoneses habilitados a trabalhar com os deficientes (sic) também é grande. Como é sabido, o Japão é o país, assim como a China, com o índice de longevidade mais acentuado do mundo, talvez também por isso, possa estar acostumado ao trato de, sem querer usar algum termo pejorativo, pessoas incapacitadas ou mesmo, no trabalho de reabilitação de suas capacidades perdidas. (participante 12)

Durante o Fórum, foi comum observar os participantes manifestando que o Japão é uma sociedade inclusiva com relação a pessoa com deficiência em seus espaços físicos de forma ampla e geral. Alguns postaram fotos depoimentos demonstrando esse referencial.

Interessante observar que quando os participantes mencionavam a inclusão da pessoa com deficiência física, mencionavam apenas com relação a deficiência primária. Segundo Amaral (1998), conclui-se que a deficiência primária envolve a deficiência que geralmente apresenta-se fisicamente, promovendo a incapacidade de realizar determinada atividade. Já a deficiência secundária seria a que ela define como sendo a desvantagem que a deficiência pode gerar num determinado ambiente social.

Percebe-se que, enquanto os participantes comentavam sobre os ambientes da sociedade, eles tratavam da deficiência primária, mas a partir do momento que mencionaram as deficiências nos espaços escolares percebeu-se a mudança de falas utilizando-se a deficiência secundária, pois falavam das limitações nos ambientes educativos.

Os participantes do Fórum expressaram as angústias, os medos, as negações, as crenças, conceitos esses bem acentuados por Amaral (1998) quando ela define os crocodilos e avestruzes do preconceito.

Amaral, (1998, p.16) simboliza os “crocodilos” como aquele movimento que demonstra a não aceitação individual aos diferentes na sociedade. Para isso, ela utiliza-se da seguinte analogia,

Quanto aos mitos penso que o profundo abismo que separa o mito da realidade pode ser simbolizado como os fossos repletos de crocodilos dos castelos medievais. Brincando com a ideia, tenho nomeado esses hipotéticos crocodilos de preconceitos, estereótipos e estigma.

Amaral (1998) ressalta que ser apenas “diferente” pode supor apenas a determinadas características ou opções, que mesmo não tendo semelhança, não criam relações ou estados de conflitos extremos - com pequenas exceções -, ao ponto que, tal situação modifica-se quando se pensa em relações humanas que se estabelecem mediante uma identificação do “significativamente diferente”.

O estereótipo no contexto abordado por Amaral (1998, p.18) é a personificação e concretização do preconceito. A partir desse preconceito cria-se um “tipo” fixo e imutável que caracterizará o objeto em questão – “seja ele uma pessoa, um grupo ou um fenômeno. Esse estereótipo será o alvo das ações subsequentes e, ao mesmo tempo, o biombo que estará interposto entre o agente da ação e a pessoa real à sua frente”.

A autora salienta que a imagem dos grandes castelos medievais possuem a ponte que é uma passagem segura e que mantém uma distância providencial dos tenebrosos crocodilos, mantendo se assim distanciados e ignorados (AMARAL, 1998).

[...] infelizmente não posso falar que não sofri nenhum tipo de preconceito com isso, pois muitos pensavam que por ele estar frequentando psicólogo, tinha algum problema. As professoras o deixaram de lado, pois achavam que ‘não adiantava’. (Participante 2).

Percebe-se, no depoimento da participante 2, que ela relatava uma experiência vivenciada com seu filho em uma

determinada escola no Japão. O que chamou a atenção foi a seguinte frase “[...] não posso falar que não sofri nenhum tipo de preconceito [...]”, e ela estava relatando as dificuldades de seu filho, ou seja, o mito, que segundo Amaral, é uma versão vista pelo contágio osmótico. Segundo Amaral (1998), o contágio osmótico refere-se ao medo, pavor da contaminação pelo convívio. Sendo também uma barreira atitudinal comparada com os crocodilos do castelo medieval.

Outro conceito trabalhado por Amaral (1998) foi com relação ao mito do avestruz. Diante do perigo, o avestruz esconde a cabeça debaixo da areia, ou seja, a falta de tato para lidar com o assunto pode gerar sintomas de fuga diante da situação que se apresenta, fugindo, portanto, da realidade.

[...] nas escolas do Japão, existem escolas especiais que só atendem crianças com deficiências (Participante 1)

[...] dependendo do grau de deficiência, a criança é encaminhada para uma escola especial ao entrar para o ensino fundamental. (Participante 2)

[...] Já aconteceu muito, de crianças com algum tipo de deficiência física ou mental as quais já estavam diagnosticadas antes do ingresso ao ensino fundamental, que foram para a escola especial, ainda ocorre da escola normal sugerir que os pais procurem matricular os filhos nas escolas especiais, no entanto, se esses pais tiverem o desejo de matricular seus filhos em escolas normais, a escola (pelo que já vi) terá que se adaptar para receber esta criança. (Participante 5)

Como crocodilos ou avestruzes, ocorre ainda nas sociedades preconceitos e mecanismos de defesa frente o diferente, ou seja, ao indivíduo com deficiência. A participante 2 compartilha sua ideia a esse respeito:

[...] Acho que não devemos afirmar que o Japão não tem preconceito nenhum com deficientes (*sic*), pois acho que há lugar ou povo 100% livre desse mal. Culturalmente, os japoneses têm uma maneira mais contida de demonstrar alguns sentimentos, o que significa não ter preconceito. Na época, li muitos livros que eu pegava na biblioteca em japonês, falando sobre a hiperatividade, autismo, deficiências que não são visíveis como a deficiência física. E já li muitos relatos de crianças que sofreram tanto *bullying* por causa da hiperatividade ou autismo, que acabaram por desistir de ir à escola, e os professores tapavam o sol com a peneira, fazendo com que não restasse alternativa, senão a escola de educação especial. (Participante 2)

Esse depoimento demonstra a fragilidade que as muitas escolas apresentam ao incluir as pessoas com deficiência. Patologizar as deficiências, culpabilizar o aluno ou o professor são desvios do foco primordial para uma escola no processo de inclusão. Buscar caminhos que levem ao pensar, ao fazer pedagógico para incluir a pessoa com deficiência física ou qualquer outro tipo de deficiência, nos parece um caminho mais acertado.

4 Conclusão

Considera-se que a discussão de como a pessoa com deficiência é inserida na sociedade e no contexto escolar, faz surgir importantes reflexões da formação dos futuros professores. Na formação e preparação do profissional da educação, esse exercício de ação-reflexão-ação torna-

se necessário para a formação da identidade do educador. Percebe-se também a necessidade de que a essa formação seja contínua e permanente e que o Ensino à Distância possibilite o fluxo do conhecimento em torno das discussões entre as realidades do Brasil e do Japão.

Ao definir a deficiência, percebe-se que a pessoa com deficiência é vista como um indivíduo que necessita de atendimentos e aprendizados diferenciados. Incluí-los na sociedade nos parece que não se trata de torná-lo “normal”, mas de aceitar suas deficiências. Porém, percebe-se que as instituições que atendem as pessoas com deficiência muitas vezes acabam por reforçar a concepção e distanciamento entre a “normalidade” e o diferente.

Observou-se nos depoimentos dos participantes do Fórum concepções históricas vivenciadas pelas pessoas com deficiência, mas que ainda permanecem em alguns indivíduos da sociedade. Os participantes também relataram que, ao analisar os ambientes da sociedade japonesa, consideram o país como uma sociedade inclusiva devido aos espaços físicos adaptados para recebê-los nos variados ambientes sociais. No entanto, quando a discussão transcorre para o contexto escolar, o preconceito cotidiano ainda existe.

Quanto às considerações da permanência da pessoa com deficiência em instituições “especializadas” há manifestação apenas sob as diferenças físicas na sociedade, e nos ambientes escolares surgem manifestações das deficiências mentais.

Os participantes também expressaram suas angústias, medos e reações de negação quando a discussão voltou-se para o ambiente escolar. Percebeu-se, nos depoimentos, ações e omissões referentes aos preconceitos e mecanismos de defesa existente na sociedade japonesa. Percebeu-se a necessidade da continuidade de discussões, questionamentos e reflexões, pois o tema é uma fonte inesgotável de pesquisa. Acredita-se

que essa continuidade poderá ajudar a evitar a patologização da deficiência, da culpabilização do próprio aluno, professor e pais, enfim, esquivando-se do principal foco que é a inclusão de fato nos diversos ambientes de uma sociedade.

Alerta-se para a necessidade de discussões sobre o assunto, para que através da ação-reflexão-ação novos caminhos sejam ressignificados de fato acerca da inclusão da pessoa com deficiência na escola. Além disso, há necessidade de formação adequada de futuros professores e discussões contínuas visando a inclusão, possibilitando que a pessoa com deficiência possa ter espaço como um indivíduo ativo e participativo em uma sociedade mais igualitária.

Referências

- CARVALHO, S.P.T. *Educação inclusiva*. Cuiabá: UAB/UFMT, 2011.
- AMARAL, L.A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J.A. (Org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativa e prática*. São Paulo: Summus, 1998, p.11-28.
- KULCSAR, R. O estágio Supervisionado como atividade integradora. In: PICONEZ, S.C.B. et al. *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas: Papirus, 1994.
- MATO GROSSO. Universidade Federal de. O que é Moodle? 2007. Disponível em <http://uab.ufmt.br/uab/images/livros_download/fundamentos_e_politicas.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2014.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA. Acordo Brasil/Japão: Cuiabá-MT, 2009.
- PIMENTA, S.G. *O estágio na formação de professores. Unidade teoria e pratica?* São Paulo: Cortez, 2007.
- PRETI, O. *Estudar a distância: uma aventura acadêmica: licenciatura em pedagogia*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

